



**PROCESSO DE ESCOLHA DO CONSELHO TUTELAR DE EXU-PE - 2023**  
**2ª ETAPA – PROVA DE CONHECIMENTOS**  
**CADERNO DE QUESTÕES**

**CANDIDATO (A):**

**INFORMAÇÕES GERAIS**

**LEIA COM BASTANTE ATENÇÃO!**

1. Você receberá do fiscal de sala:
  - a) Um caderno de prova contendo 40 questões objetivas, cada qual com cinco alternativas de respostas (A, B, C, D e E), onde apenas 01 das alternativas é correta.
  - b) uma folha de respostas destinada à marcação das respostas das questões objetivas.
2. Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal de sala para que sejam tomadas as devidas providências.
3. Preencha corretamente o cartão resposta, não se esquecendo de assinar o mesmo no espaço reservado, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
4. Durante a aplicação da prova não será permitido qualquer tipo de comunicação entre os candidatos; levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala e portar aparelhos eletrônicos.
5. O preenchimento das respostas da prova objetiva é de inteira responsabilidade do candidato, devendo ser marcada a alternativa correta no cartão resposta. As respostas deverão ser assinaladas com caneta esferográfica de tinta de cor preta ou azul. Não será permitida a troca da folha de respostas por erro do candidato.
6. A prova terá duração de 4 (quatro) horas, incluindo neste horário o tempo para preenchimento do cartão resposta.
7. A saída da sala só poderá ocorrer após decorridos 2 horas do início da prova, sem portar o caderno de questões.
8. Somente poderão se retirar do local de realização da prova portando o caderno de questões 30 (trinta) minutos antes do término do tempo limite para realização da prova.
9. Os três últimos candidatos somente poderão se retirar do local de realização da prova juntos, respeitado o limite do tempo de realização, devendo todos assinarem a ata de realização da 2ª etapa do processo de escolha.
10. Ao finalizar a prova, entregue a folha de respostas ao fiscal da sala e deixe o local de aplicação das provas. A não entrega da folha de respostas é de inteira responsabilidade do candidato.



1. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, considera-se criança:
  - A) a pessoa com até 13 anos incompletos.
  - B) a pessoa entre 13 e 18 anos de idade.
  - C) a pessoa entre 11 e 17 anos de idade.
  - D) a pessoa com até 12 anos incompletos
  - E) a pessoa com até 10 anos completos.
  
2. O Estatuto da Criança e do Adolescente traz, em seu bojo, aspectos relativos ao direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e demais legislações. Conforme o artigo 16, o direito à liberdade compreende alguns aspectos, dentre eles:
  - A) realizar trabalho informal.
  - B) registro formal em trabalhos rurais.
  - C) participar da escola se tiver interesse.
  - D) realizar trabalho na comunidade.
  - E) buscar refúgio, auxílio e orientação.
  
3. De acordo com o artigo 15 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos:
  - A) Na Constituição e nas leis.
  - B) Na Consolidação das Leis Trabalhistas.
  - C) No regimento interno das escolas.
  - D) No senso comum da sociedade em geral.
  - E) Na Declaração da Conferência Mundial sobre Educação para Todos.
  
4. Os conselhos tutelares são órgãos constituídos por representantes:
  - A) da comunidade.
  - B) dos usuários e do Estado.
  - C) da sociedade civil e do governo local.
  - D) dos três níveis de governo.
  - E) do poder judiciário e dos movimentos sociais de defesa da criança e adolescente.
  
5. Os gestores escolares comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de:
  - A) maus-tratos aos funcionários da escola
  - B) indisciplina causada por alunos reincidentes durante o ano letivo
  - C) afastamento escolar em decorrência de COVID
  - D) reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares.
  - E) O quantitativo de alunos com distorção de idade e série, exceto quando estes forem maiores de 14 anos.



6. De acordo com a Lei nº 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, os dirigentes de estabelecimento de Ensino Fundamental deverão comunicar qual órgão em casos de maus tratos envolvendo seus alunos?
- A) Delegacia da Criança e do Adolescente.
  - B) Secretaria de Educação.
  - C) Conselho Tutelar.
  - D) Conselho de Pais e Mestres.
  - E) Secretaria de Assistência Social do município.
7. O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente. Em cada Município haverá, no mínimo,
- A) um Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de cinco membros, escolhidos pela população local para mandato de quatro anos, permitida recondução por novos processos de escolha.
  - B) dois Conselhos Tutelares como órgãos integrantes da administração pública local, composto de seis membros, escolhidos pela população local para mandato de dois anos, permitida recondução por novos processos de escolha.
  - C) cinco Conselhos Tutelares como órgãos integrantes da administração pública local, composto de três membros, escolhidos pela população local para mandato de dois anos, permitida recondução por novos processos de escolha.
  - D) um Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de cinco membros, escolhidos pela população local para mandato de dois anos, permitida recondução por novos processos de escolha.
  - E) dois Conselhos Tutelares como órgãos integrantes da administração pública local, composto de cinco membros, escolhidos pela população local para mandato de quatro anos, permitida recondução por novos processos de escolha.
8. Marque a assertiva correta com base no Estatuto da Criança e do Adolescente:
- A) A criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados, podendo, quando único meio, ser o usado castigo físico, como forma de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, pelos pais.
  - B) É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral.
  - C) A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 6 meses, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.
  - D) Será proibida a convivência integral da criança com a mãe adolescente que estiver em acolhimento institucional.
  - E) Entende-se por família natural a comunidade formada apenas pelos pais em conjunto (pai e mãe), não sendo reconhecida a família natural quando da ausência de um destes.



9. O Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei n.º 8.069) é um conjunto de leis específicas para cuidar das pessoas menores de 18 anos que vivam no Brasil. Esta lei foi sancionada no ano de:
- A) 2000
  - B) 1990
  - C) 1988
  - D) 1992
  - E) 1991
10. As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos no ECA forem ameaçados ou violados por algumas situações elencadas na referida lei, entre elas:
- A) por ação ou omissão da sociedade ou do Estado.
  - B) por falta ou abuso dos pais ou responsáveis, não havendo possibilidade em caso de omissão.
  - C) por mera conveniência dos membros do Conselho Tutelar.
  - D) Quando os pais ou responsáveis não disporem de condições financeiras.
  - E) Em nenhuma das situações acima.
11. São exemplos de medidas socioeducativas, EXCETO:
- A) internação em estabelecimento educacional.
  - B) obrigação de reparar o dano.
  - C) prestação de serviços à comunidade.
  - D) advertência.
  - E) Multa.
12. Para a candidatura a membro do Conselho Tutelar, serão exigidos os seguintes requisitos:
- A) reconhecida idoneidade moral.
  - B) conhecimentos de informática.
  - C) Idade mínima de 24 anos.
  - D) Ensino Superior completo.
  - E) Aprovação prévia em exame psicotécnico.
13. Marque a alternativa que compõe corretamente uma atribuição do Conselho Tutelar:
- A) expedir notificações.
  - B) requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança, adolescente, ou jovem quando necessário.
  - C) assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da mulher vítima de violência doméstica.
  - D) promover a execução de suas decisões, não podendo, no entanto requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;
  - E) atender e aconselhar os pais ou responsável, sem poder, no entanto, aplicar qualquer medida em relação a eles.
14. Sobre o Conselho Tutelar, assinale a alternativa CORRETA, de acordo com o ECA.
- A) É um órgão permanente vinculado ao poder legislativo, encarregado pela sociedade de zelar pela proteção dos direitos das crianças e adolescentes;
  - B) Em nenhuma hipótese um município poderá ter mais de um Conselho Tutelar;
  - C) O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos no ECA.
  - D) Cada conselho tutelar é composto por seis membros escolhidos pela comunidade local;
  - E) Os membros do conselho tutelar terão mandato de quatro anos, permitida apenas uma recondução.



15. Na hipótese de uma professora do Ensino fundamental suspeitar que um dos seus alunos, de 08 anos de idade, está sendo vítima de agressões físicas, deverá a mesma realizar comunicação do fato a (ao):

- A) Ao juízo da Infância e da juventude;
- B) À autoridade policial, que deverá instaurar Inquérito Policial;
- C) Ao Conselho tutelar da localidade;
- D) Ao Ministério Público.
- E) À família da criança.

16. Acerca processo de escolha do Conselho Tutelar, indique a alternativa correta:

- A) é permitido ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.
- B) A posse dos conselheiros tutelares ocorrerá no dia 10 de janeiro do ano subseqüente ao processo de escolha.
- C) O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá em data unificada em todo o território nacional a cada 3 (três) anos.
- D) O processo para a escolha dos membros do Conselho Tutelar será estabelecido em decreto do poder executivo e realizado sob a responsabilidade do Centro de Referência em Assistência Social - CRAS, e a fiscalização do Ministério Público.
- E) O processo para a escolha dos membros do Conselho Tutelar será estabelecido em lei municipal e realizado sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e a fiscalização do Poder Judiciário.

17. Analise com base no ECA:

I - Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais;

II - A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.

III - O ECA dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.  
os itens acima:

- A) Apenas o item I está correto.
- B) Apenas o item II está correto.
- C) Ambos os itens estão corretos.
- D) Ambos os itens estão incorretos.
- E) Apenas o item III está correto.

18. Complete a lacuna corretamente com base no disposto pelo ECA:

“Considera-se \_\_\_\_\_ a conduta descrita como crime ou contravenção penal.”

- A) Ato violável.
- B) Ato descritivo.
- C) Ato indecente.
- D) Ato infracional.
- E) Ato libidinoso.



- 19.** O direito à liberdade da criança e do adolescente compreende vários aspectos, NÃO estando entre eles o seguinte:
- A) ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais.
  - B) crença e culto religioso.
  - C) brincar, praticar esportes e divertir-se.
  - D) participar da vida política, na forma da lei.
  - E) Opinião, mas não expressão.
- 20.** Assinale a resposta correta segundo o disposto pelo ECA:
- A) É garantido o acesso de toda criança ou adolescente à Defensoria Pública, ao Ministério Público, mas não ao Poder Judiciário.
  - B) A assistência judiciária gratuita será prestada aos que dela necessitarem, através de defensor público ou advogado nomeado, desde que solicitado pelos membros do Conselho Tutelar.
  - C) As ações judiciais da competência da Justiça da Infância e da Juventude são isentas de custas e emolumentos, inclusive nas hipóteses de litigância de má-fé.
  - D) É vedada a divulgação de atos judiciais, policiais e administrativos que digam respeito a crianças e adolescentes a que se atribua autoria de ato infracional.
  - E) Qualquer notícia a respeito do fato poderá identificar a criança ou adolescente, sendo permitido fotografia, referência a nome, apelido, filiação, parentesco, residência e, inclusive, iniciais do nome e sobrenome.
- 21.** Acerca dos crimes praticados contra crianças e adolescentes, com base no ECA, indique a alternativa correta.
- A) Os crimes definidos no ECA são de ação penal privada.
  - B) Aplicam-se aos crimes definidos no ECA as normas da Parte Geral do Código Penal e, quanto ao processo, as pertinentes ao Código de Processo Penal.
  - C) Submeter criança ou adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância a vexame ou a constrangimento não faz parte do rol dos crimes citados no ECA.
  - D) Não é crime produzir, reproduzir, dirigir, fotografar, filmar ou registrar, por qualquer meio, cena de sexo explícito ou pornográfica, envolvendo criança ou adolescente.
  - E) Promover ou auxiliar a efetivação de ato destinado ao envio de criança ou adolescente para o exterior com inobservância das formalidades legais ou com o fito de obter lucro não se encaixa como crime perante o ECA, sendo mera infração administrativa.
- 22.** Marque a questão INCORRETA. É proibida a venda à criança e adolescente de:
- A) Armas.
  - B) Bebidas alcoólicas.
  - C) Bilhetes lotéricos e equivalentes.
  - D) Revistas de interesse científico.
  - E) Munições e explosivos.

- 23.** Em relação à possibilidade de duas pessoas da mesma família servirem ao mesmo Conselho Tutelar, marque a alternativa correta.
- A) Marido e mulher podem servir ao mesmo Conselho Tutelar independentemente de qualquer situação.
  - B) Pai e filho podem servir ao mesmo Conselho Tutelar independentemente de qualquer situação.
  - C) Por não haver relação consanguínea, sogro e genro podem servir ao mesmo Conselho Tutelar.
  - D) Desde que exerçam a função em horários distintos, estão excepcionalmente permitidos de servirem ao mesmo Conselho Tutelar irmãos.
  - E) São impedidos de servir no mesmo Conselho marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados, durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado.
- 24.** Julgue os itens a seguir e em seguida indique a alternativa correta.  
Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente quais medidas descritas abaixo?
- I – Advertência.
  - II – Obrigação de reparar o dano.
  - III – Prestação de serviços à comunidade.
  - IV – Liberdade assistida.
  - V – Inserção em regime de semi-liberdade.
  - VI – Internação em estabelecimento educacional.
- A) Apenas os itens I, II, III, IV.
  - B) Todas as medidas citadas acima.
  - C) Apenas as alternativas III, V e VI.
  - D) Apenas os itens I, II, IV.
  - E) Apenas os itens I, II, III, IV, V.
- 25.** As decisões do Conselho Tutelar somente poderão ser revistas:
- A) Pelo Chefe do Poder Executivo.
  - B) Pelo (a)Delegado (a).
  - C) Pelo Presidente da Câmara Municipal.
  - D) Pelos pais da criança ou do adolescente.
  - E) Pela Autoridade judiciária.
- 26.** É proibido qualquer trabalho a menores de\_\_\_\_, salvo na condição de aprendiz.
- A) 13 anos.
  - B) 18 anos.
  - C) 14 anos.
  - D) 17 anos.
  - E) 12 anos.
- 27.** O poder familiar será exercido pelo pai e pela mãe, com:
- A) prioridade da Mãe.
  - B) prioridade do Pai.
  - C) igualdade de condições.
  - D) prioridade do mais velho.
  - E) Prioridade do que apresentar melhores condições financeiras.



- 28.** Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, considera-se adolescente:
- A) a pessoa com até 13 anos incompletos.
  - B) a pessoa entre 12 e 18 anos de idade.
  - C) a pessoa entre 11 e 17 anos de idade.
  - D) a pessoa com até 12 anos incompletos
  - E) a pessoa com até 10 anos completos.
- 29.** São atribuições do Conselho Tutelar:
- I – Encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente;
  - II – Representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural;
  - III – Promover a execução de suas decisões, podendo para tanto, requisitar serviços públicos na área de saúde;
  - IV – Expedir notificações;
  - V – Encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência.
- A) Apenas II e III estão incorretas;
  - B) Apenas I, II e IV estão corretas;
  - C) Apenas II, III e V estão incorretas;
  - D) Apenas II e IV estão corretas;
  - E) Todas as alternativas estão corretas.
- 30.** É atribuição do Conselho Tutelar aplicar:
- A) Medida Sócio educativa em Meio Aberto
  - B) Medidas de Proteção
  - C) Medidas de Internação
  - D) Medidas de colocação em família substituta
  - E) Pena privativa de liberdade
- 31.** Pode-se dizer que, além de outras, a criação dos Conselhos Tutelares pela Lei nº. 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente) atende a finalidade de:
- A) Profissionalizar a atividade do comissário de menores, até então exercida de forma amadora e voluntária.
  - B) Retirar do Judiciário a atividade fiscalizatória, transferindo para a esfera administrativa a aplicação das multas decorrentes do descumprimento de normas de proteção à criança e ao adolescente:
  - C) Desjudicializar o atendimento das situações em que ocorra ameaça ou violação a direitos de crianças e adolescentes;
  - D) Garantir participação popular nas instâncias deliberativas e controladoras das ações da política de atendimento em todos os níveis;
  - E) Criar mecanismos de controle social para deliberações e execução dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.





- 32.** Assinale a alternativa CORRETA. Ficam assegurados ao Conselheiro Tutelar, ainda, os seguintes direitos:
- A) ao gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/5.
  - B) à licença maternidade por 30 dias.
  - C) à licença paternidade e gratificação por produção diária
  - D) cobertura previdenciária.
  - E) Nenhuma das alternativas.
- 33.** Conforme expresso no artigo 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei no 8.069/1990), o processo de escolha do Conselho Tutelar será estabelecido em lei municipal e realizado sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMDICA), sendo a fiscalização do pleito de responsabilidade:
- A) Da Prefeitura Municipal.
  - B) Do Poder Judiciário.
  - C) Do CRAS local.
  - D) Do Ministério Público.
  - E) Da Defensoria Pública.
- 34.** O artigo 134 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei Federal no 8.069/1990) estabelece que a remuneração dos respectivos membros do Conselho Tutelar é fixada:
- A) Por lei municipal.
  - B) Pelo Poder Judiciário.
  - C) Pelo Ministério Público.
  - D) Pela Defensoria Pública.
  - E) Por acordo ou convenção coletiva.
- 35.** A medida de internação só poderá ser aplicada quando:
- A) tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa;
  - B) por reiteração no cometimento de outras infrações graves;
  - C) por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.
  - D) Em todas as hipóteses previstas nas alternativas “A”, “B” e “C”.
  - E) Em nenhuma hipótese, quando se tratar de criança e adolescente.
- 36.** A respeito do poder familiar dos pais, assinale a opção correta:
- A) A perda do poder familiar poderá ser decretada pelo conselho tutelar do município no caso de descumprimento injustificado dos deveres de sustento, guarda e educação dos filhos.
  - B) O poder familiar será exercido apenas pelo pai, a quem compete prover o sustento e o bem-estar da família.
  - C) A falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar; nesse caso, a família deverá ser incluída em serviços e programas oficiais de proteção, apoio e promoção.
  - D) O fato de a mãe e o pai terem direitos iguais e deveres e responsabilidades compartilhados no cuidado e na educação da criança implica que apenas as crenças e culturas que lhes sejam comuns deverão ser transmitidas às crianças.
  - E) O poder familiar ficará a cargo exclusivo da mãe, pois as pesquisas comprovam que os filhos tendem a ter maior afeto pela mãe do que pelo pai.



- 37.** Levando em consideração o Art. 136 da Lei 8.069/1990, COMPETE ao Conselho Tutelar:
- I. Realizar busca e transporte de crianças e adolescentes;
  - II. Aplicar Medidas Socioeducativas a Adolescentes autores de ato infracional;
  - III. Realizar matrícula escolar de crianças e adolescentes;
  - IV. Realizar acompanhamento psicológico familiar;
  - V. Requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário;
  - VI. Requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança.
- A) Apenas os itens I e II competem.  
B) Apenas os itens III e IV competem.  
C) Apenas os itens I, II, III e IV competem.  
D) Nenhum dos itens competem.  
E) Apenas os itens V e VI competem.
- 38.** A autonomia do Conselho Tutelar e sua articulação com os demais órgãos, na garantia dos direitos da criança e do adolescente, consiste em:
- A) Exercer as atribuições previstas na legislação e as novas atribuições que poderão ser criadas pelas autoridades do Poder Judiciário e do Ministério Público.
  - B) Buscar a solução efetiva e definitiva dos casos atendidos, com o objetivo de desjudicializar, desburocratizar e agilizar o atendimento das crianças e dos adolescentes.
  - C) Estar isento de responder pelas obrigações funcionais e administrativas junto ao órgão ao qual está vinculado.
  - D) Decidir de forma plena, condicionada sua execução à aprovação pelo representante do Ministério Público.
  - E) Acatar às ordens manifestamente legais do chefe do poder executivo municipal, ao qual é subordinado.
- 39.** A integração operacional de órgãos como o Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Conselho Tutelar e encarregados da execução das Políticas Sociais Básica e Especial no âmbito da Assistência Social, constitui uma diretriz da:
- A) Política de atendimento.
  - B) Política Judiciária.
  - C) Entidade não governamental.
  - D) Entidade governamental.
  - E) Sociedade Civil Organizada.
- 40.** O grande legado do Estatuto da Criança e do Adolescente é o reconhecimento de crianças e adolescentes como cidadãos sujeitos de direitos. Assinale a alternativa que destaca, de forma imperativa, os direitos fundamentais que lhes devem ser assegurados:
- A) Se possível, serem priorizados nas situações de perigo e recebendo a proteção dos adultos.
  - B) Serem poupados das decisões familiares.
  - C) Serem exclusivamente atendidos por instituições privadas de saúde e assistência.
  - D) Excepcionalmente, quando houver necessidade de ajuda no sustento da família, atuarem por meio de trabalho, desde que tenham mais de 12 anos de idade e este trabalho seja em horário diferente do horário de aula.
  - E) Não serem objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.